



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

EMANUELLE SOCORRO GOES DE MACÊDO

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM OLHAR SOBRE AS IGREJAS DE
PENEDO – AL E A DISTINÇÃO SOCIAL NO SÉCULO XVIII

SÃO CRISTÓVÃO
2022

EMANUELLE SOCORRO GOES DE MACÊDO

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM OLHAR SOBRE AS IGREJAS DE
PENEDO – AL E A DISTINÇÃO SOCIAL NO SÉCULO XVIII

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe – PROFHISTOR/UFS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Itamar Freitas de Oliveira.

SÃO CRISTÓVÃO

2022

Folha de Aprovação

EMANUELLE SOCORRO GOES DE MACÊDO

Educação Patrimonial: um olhar sobre as Igrejas de Penedo – AL e a distinção social no
Século XVIII.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação Profissional em Ensino de História da
Universidade Federal de Sergipe –
PROFHISTOR/UFS.

Orientador: Prof. Dr. Itamar Freitas de Oliveira.

Data de Aprovação: 21/02/2022.

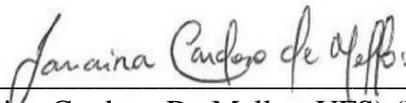


Prof. Dr. Itamar Freitas (Orientador)

Banca Examinadora:



(Professor Dr. Ademir Barros Da Silva Júnior - UNEAL) (Examinador Externo)



(Professora Dra. Janaina Cardoso De Mello - UFS) (Examinador Interno)

A José Barbosa de Macêdo, meu pai,
vítima da COVID-19 no ano de 2021.

AGRADECIMENTOS

Ao fazer um exercício de reflexão sobre os dois últimos anos, vários momentos incríveis estão marcados em minha mente, e grande parte desses está associada ao PROFHISTÓRIA: momentos de aprendizado, alegria e principalmente de companheirismo. A gratidão é o sentimento de reconhecimento diante de alguém sobre algum auxílio prestado ao outro. Para ser sincera, eu tive muito auxílio, aqui listarei momentos e pessoas que me fizeram ser melhor nesta jornada. Mas aqui também listarei momentos de dor e tristeza, que me fizeram crescer e entender que precisamos seguir lutando pelo que acreditamos, e eu acredito na educação. Para quem estiver lendo este texto, saiba que precisei superar a maior dor de minha vida para findá-lo.

Quero aqui compartilhar minhas memórias para incentivar outros professores a buscar a especialização e a investir na pesquisa. Isto porque a professora que lhes fala hoje não é a mesma de dois anos atrás. Eu aprendi com o PROFHISTÓRIA que nós podemos fazer diferente e que podemos estimular nossos alunos a serem diferentes. A educação, por mais atacada e por vezes desacreditada que seja, pode proporcionar uma revolução na vida de jovens e adultos que esperam dias melhores.

Por isso, quero aqui agradecer aos professores do PROFHISTÓRIA por todo aprendizado, toda dedicação e toda humanidade em seus posicionamentos. Não esquecerei jamais das aulas da professora Janaina, de seu encantamento pelo patrimônio, com aulas práticas incríveis que me levaram a me apaixonar ainda mais pelo patrimônio cultural e me fizeram criar momentos únicos com meus alunos. Lembro também das aulas do professor Lucas, com tamanha sensibilidade e paixão pelas artes, nos envolvendo com tamanha humanidade e delicadeza, mostrando que arte e história são complementares na construção do saber. Professora Andreza abrindo portas para que, pela primeira vez compartilhasse minhas inseguranças com pessoas que nem ao menos conhecia, mas que já me sentia acolhida; nunca pensei que uma aula em um tatame pudesse ser tão emocional e libertadora. Saindo da emoção e indo para uma vertente mais racional, os momentos proporcionados pelos professores Fábio, Joaquim e Paulo serão eternizados, pois foram nessas aulas que a professora que lhes fala foi aos poucos se empoderando diante de cada roda de debate e de cada seminário apresentado.

Ademais, aqui dedico este parágrafo ao professor Itamar Freitas, um gigante da historiografia e um grande ser humano. Sua humildade e alegria, somadas a sua inteligência, por vezes me deixavam amedrontada em suas aulas. Sim, confesso que eu tinha medo de falar. Mas, que bom que tive a oportunidade de me tornar sua orientanda. Foi durante a orientação e

com o seu apoio que fui perdendo o medo de me colocar, de perguntar e pude ampliar meus saberes. Sou grata ao meu orientador por ter sido tão compassivo comigo e por nenhum momento ter soltado minha mão, me dando força para finalizar minha dissertação com louvor.

Aos meus companheiros de turma, sou grata pelo acolhimento, pelos relatos de experiência e por me permitirem fazer parte de um grupo tão incrível. Quero agradecer em especial à Ana Paula, Ana Karlla, Fernando, Erica e Jorge, saibam que vocês foram essenciais nessa jornada, estiveram comigo nos momentos bons e ruins e, mesmo longe, sempre estiveram presentes.

Falando em momentos ruins, não tem como passar pelos anos de 2020-2021 ilesos, a pandemia da COVID-19 deixou marcas na vida de inúmeras famílias. Infelizmente, a minha não ficou de fora. Em agosto de 2020, logo após minha qualificação, entrei em um verdadeiro furacão: minha família materna quase que por completo ficou infectada pelo vírus, vi-me obrigada a ser forte para sustentar aqueles que precisavam do meu apoio. Meu avô ficou mais de 40 dias internado e minha tia pouco mais de dois meses. Não foi fácil, principalmente porque minha mãe e minha vó também adoeceram, o medo de perder quem se ama é algo inexplicável. Nesse momento de turbulência, vi de perto o que a COVID-19 pode provocar, tenho imagens muito vivas em minha mente de meu avô sem conseguir respirar e se despedindo de mim no leito de hospital. Graças a Deus, todos sobreviveram, mas todo esse momento de angústia e medo infelizmente não teve fim com a saída deles do hospital. Ainda em dezembro de 2020 eu e meus irmão também fomos contaminados, mais uma vez o medo tomou conta. Mas, tinha ao meu lado aqueles que sempre fizeram de tudo por mim, minha família.

Por isso, sou grata a eles, a minha mãe Edineuza Maria, aos meus irmãos Renata e Gabriel que sempre me apoiaram e aos meus avós Maria do Socorro e Manoel Goes, saibam que vocês são tudo na minha vida e sem vocês jamais teria conseguido nada. Agradeço, também, ao meu pai José Barbosa de Macêdo, que infelizmente não está mais entre nós no plano terreno, pois em maio de 2021 minha família paterna foi contaminada e meu pai faleceu aos 54 anos de idade, decorrente das complicações do Coronavírus. Todas as dificuldades enfrentadas me fizeram deixar minha pesquisa de lado, naquele momento minha única preocupação era sobreviver ao caos e cuidar daqueles que amo.

Confesso que não foi fácil voltar a escrever, nada fazia sentido. Mas aí eu lembro do meu pai, de como ele me ajudou em toda minha vida e durante o mestrado. Lembro dele me levando para Maceió para fazer a pesquisa, lembro dele me ajudando na coleta de dados, lembro da carinha dele me olhando todo orgulhoso enquanto eu trabalhava e escrevia. Sou grata a esse homem que tinha apenas o “segundo grau” (como ele costumava falar), mas que sempre me

ensinou tanto com seus saberes, suas experiências e principalmente com a sua alegria de viver. E é pelo Senhor, meu pai, que hoje finalizo esta dissertação e a dedico inteiramente a ti, que sempre foi meu grande professor. Te amarei eternamente.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo a construção do roteiro didático denominado **Pequeno Manual de Educação Patrimonial: um direcionamento para uso do patrimônio penedense**, que tem como intuito preparar o professor para uma educação patrimonial eficaz. Para este trabalho utilizou-se como metodologia a revisão de literatura, tendo como principais autores Bittencourt, Zarbato, Almir Oliveira, Ernani Méro, Fabiane Alves, Paulo Freire e Hall. O roteiro viabiliza a aplicação da metodologia da educação patrimonial no ensino de história como maneira de desenvolver a curiosidade epistemológica necessária para implementação do conhecimento autônomo de caráter crítico-libertário, tendo como foco as questões étnico-raciais do século XVIII, perpassando pela história religiosa penedense como fator preponderante para distinção racial ocorrida no dezoito.

Palavras-chave: Educação patrimonial; patrimônio penedense; roteiro didático; distinção étnico-racial.

ABSTRACT

The present work had as objective the construction of the didactic script called **Small Manual of Heritage Education: a direction for the use of the Penedense heritage**, which aims to prepare the teacher for an effective heritage education. For this work, a literature review was used as a methodology, having as main authors Bittencourt, Zarbato, Almir Oliveira, Ernani Méro, Fabiane Alves, Paulo Freire and Hall. The script enables the application of the methodology of heritage education in the teaching of history as a way to develop the epistemological curiosity necessary for the implementation of autonomous knowledge of a critical-libertarian nature, focusing on ethnic-racial issues of the 18th century, passing through Penedo's religious history as a preponderant factor for the racial distinction that occurred in the eighteenth century.

Keywords: Heritage education; Penedean heritage; didactic script; ethnic-racial distinction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Margens do Rio São Francisco – Penedo/AL	28
Figura 2 – Forte Maurício no Rio São Francisco – Penedo/AL.....	29
Figura 3 – Coroação de Rainha no Congo no Brasil Colonial	34
Figura 4 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Penedo-AL	36
Figura 5 - Altar da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Penedo-AL.....	36
Figura 6 - Fachada da Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos – Penedo/AL	40
Figura 7 – Fachada da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos - Penedo/AL	43
Figura 8 – Altar da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos - Penedo/AL.....	44
Figura 9 - Igreja de Nossa Senhora dos Anjos - Penedo/AL.....	45
Figura 10 - Capa do Produto	57
Figura 11 – Instituto Negro de Alagoas - MACEIÓ/AL	58
Figura 12 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos - Penedo/AL	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O PATRIMÔNIO	15
2.1	O PATRIMÔNIO NO BRASIL.....	18
2.2	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA.....	21
3	HISTÓRIA DE PENEDO: RELIGIÃO E RESISTÊNCIA NO BR SÉC. XVIII	27
3.1	A DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E AS ORDENS TERCEIRAS.....	30
3.2	IRMANDADE DO ROSÁRIO DOS PRETOS.....	35
3.3	A IRMANDADE DE SÃO GONÇALO GARCIA DOS HOMENS PARDOS.....	38
3.4	IGREJA DE SANTA MARIA DOS ANJOS E A ORDEM III.....	41
4	PRODUTO: PEQUENO MANUAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
6	REFERÊNCIAS	53
7	ANEXO 1	57
8	ANEXO 2	58

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista as metodologias de ensino baseadas em uma educação bancária, nas quais a premissa esta imbuída de métodos de ensino mnemônicos e de uma relação unilateral de ensino, onde o professor é o único detentor dos saberes, vê-se como necessário uma nova forma de se ensinar história. Afinal, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47). Assim, o professor deve respeitar o conhecimento empírico do aluno e despertar nele uma curiosidade epistemológica, na busca pelo saber, mas não qualquer tipo de saber, um saber de caráter crítico e libertário. Assim, professor e aluno aprenderam em uma relação dialógica permanente, na qual, ambos, construíram esse conhecimento de modo emancipatório-crítico.

Sabe-se que romper com uma estrutura enraizada secularmente não é algo fácil, como a própria Bittencourt coloca: “há que haver cuidado na relação entre permanência e mudança no processo de renovação escolar” (BITTENCOURT, 2008, p. 229). Algumas práticas educativas são comprovadamente eficazes, no entanto, embasada na minha experiência em sala de aula, no ensino de História da Arte e no próprio ensino de História, vi que por meio da educação patrimonial é possível despertar no alunado uma curiosidade epistemológica, fundante para a implementação de uma educação libertária-crítica. Assim, acredita-se que a educação patrimonial é uma excelente aliada no processo emancipatório do conhecimento, pois ao passo que os alunos saem da sala de aula e ressignificam os objetos de seu entorno (templos, casas, monumento, museus, ruas, etc.) eles podem despertar para a busca de um saber autônomo-crítico.

Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação. Há uma natureza testemunhal nos espaços tão lamentavelmente relegados das escolas (FREIRE, 1996, p. 44).

Assim, entendendo a educação patrimonial como um instrumento e uma metodologia de conhecimento da cultura, que incentiva a leitura do mundo e que nos aproxima de nosso ambiente (ZARBATO, 2018, p. 35). O tema da educação patrimonial no ensino de História, que é uma disciplina constituída sob paradigmas metodológicos que buscam incorporar a multiplicidade de sujeitos, construtores da nação brasileira e da

história mundial (BITTENCOURT, 2018, p. 127), vem sendo discutido desde a década 1980 no Brasil, no entanto ainda é pouco difundido no tempo presente, tornando-se uma preocupação, já que a educação patrimonial possibilita ao professor desbravar outros lugares de memória, de modo que ele próprio sai da instância do livro didático e sala de aula. Desse modo, a educação patrimonial torna-se uma opção de ruptura do ensino bancário, pois possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido (ZARBATO, 2018, p. 33). E desse modo, levando professor e aluno a serem construtores do conhecimento.

Diante disso, ao analisar o patrimônio histórico alagoano percebi como referência a cidade de Penedo, uma cidade de caráter colonial rica em templos e prédios, que sintetizam em sua maioria o estilo barroco tão presente no século XVIII. Tal cidade há muito vem sendo utilizada como centro de um turismo histórico que, por vezes, não transpassa aquilo que considero como importante, a história do local. Mas, a situação me pareceu ainda mais angustiante quando em um dos ditos “passeios escolares” para a cidade em questão, percebi a aprendizagem como objeto secundário, sendo o principal ponto de atenção o ato de sair da escola e ter um dia diferente. Tal situação me angustiou como professora e resolvi pensar em estratégias que pudessem auxiliar colegas de profissão diante do uso do patrimônio material penedense, dando assim um significado educacional à ida ao centro histórico de Penedo.

Dessa forma, ainda durante tal visitação ao centro histórico penedense, deparei-me com templos que explicitavam a segregação racial no século XVIII, ficando notório na denominação deles: Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos, Igreja de Nossa Senhora dos Anjos (Convento Franciscano), Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Igreja do Rosário dos Brancos, entre tantos outros. Os templos citados explicitam como a sociedade penedense se estruturava, bem como o fator étnico-racial e religioso era preponderante. Diante de tal constatação, percebi que o meu recorte na construção de um material de apoio para professores (roteiro didático) deveria passar pela história de três igrejas em específico: a da Ordem Franciscana, a dos Pardos e a dos Pretos. Isso porque, por trás de cada templo destes, preexistiu a figura de confrarias e irmandades religiosas que foram protagonistas naquela sociedade colonial do século dezoito.

Assim, a criação das irmandades leigas possibilitou um espaço de inclusão para aqueles que sempre foram explorados (pretos, crioulos e pardos). E a devoção a santos e santas foi o meio encontrado para a existência e inserção social na sociedade colonial.

Paulatinamente, por meio de acordos políticos e da atuação na irmandade religiosa, os pardos do Penedo galgaram certo prestígio social, chegando a assumir cargos de liderança. Já os negros subordinados à condição de mercadoria tentavam resistir culturalmente diante das imposições da Coroa e da elite local. A distinção social era algo explícito, a exclusão e a perseguição advindas da cor da pele criaram uma sociedade estratificada, na qual seus templos reafirmavam tais problemáticas. Por isso, acredito que é por meio da educação patrimonial, e do fato de conhecer este espaço, que poderemos contrapor a história por trás desses templos, dando espaço para uma nova forma de ver a história de homens e mulheres que por tanto foram renegados da historiografia oficial. Deste modo, os professores poderão implementar uma educação patrimonial enquanto metodologia de conhecimento da cultura que o cerca, de modo eficaz que conduza os alunos a conhecer a História por trás dos templos, contrapondo o aparente e mostrando como a disposição desses templos nos mostra o óbvio, a estratificação social acentuada pela cor da pele.

Este trabalho se enquadra na linha de pesquisa: saberes históricos em diferentes espaços de memória. A partir da qual nosso objetivo iniciou a construção de um instrumento pedagógico denominado roteiro didático para os professores do Ensino Médio do Estado de Alagoas, criando assim, estratégias de ensino que rompam com a educação bancária e auxilie os docentes a trabalharem as ideias de distinção racial e social por meio da utilização do patrimônio penedense.

Tendo em vista esta realidade, o **Pequeno Manual de Educação Patrimonial: um direcionamento para uso do patrimônio penedense** tem como intuito preparar o professor para uma educação patrimonial eficaz, na qual se tem como foco de estudo as igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, São Gonçalo Garcia dos Pardos, e a Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, localizada dentro do Convento Franciscano. O roteiro conta com atividades que perpassam etapas prévias (antes da visitação), outras durante a visitação (registro/observação/comparação) e atividades posteriores a atividade de visitação ao patrimônio, tendo como prerrogativa trazer uma devolutiva das vivências do espaço para dentro da comunidade escolar, por meio da aplicação deste roteiro didático, acredita-se que o processo levará alunos e professores a construir saberes lado a lado, em uma relação dialógica permanente, sem limitação da autonomia do saber.

Dessa forma, o presente trabalho aborda a educação patrimonial no ensino de história como possibilidade de desenvolvimento de uma curiosidade epistemológica. Pois, para Paulo Freire, (1996) esta fará com que o aprendiz transite de uma certa

ingenuidade e passe a ter criticidade em seus questionamentos ou em sua curiosidade. Sendo esta necessária para implementação do conhecimento autônomo de caráter crítico-libertário, tendo como foco as questões étnico-raciais do século XVIII e perpassando pela história religiosa penedense como fator preponderante para distinção racial ocorrida no período em questão. Embasados no conceito de identidade, onde “a identidade de uma pessoa é formada com base em muitos fatores: sua história de vida, a história de sua família, o lugar de onde veio e onde mora, o jeito como cria seus filhos, fala e se expressa, enfim, tudo aquilo que a torna única e diferente das demais” (IPHAN, 2012, p. 34), faremos uma abordagem por meio da significação do objeto, assim, diante do senso identitário para com o objeto, ou com o lugar, partiremos da ideia de conhecer para contrapor.

Estruturamos o presente texto em quatro partes, a primeira que consta da introdução, a segunda que apresenta um pouco sobre o patrimônio e o uso da educação patrimonial no ensino de história, a terceira apresenta um pouco sobre a história de Penedo e sua história religiosa, e a terceira que consta do produto, que denominei de **Pequeno Manual de Educação Patrimonial: um direcionamento para o uso do patrimônio penedense**, que foi citado anteriormente.

Dessa forma, a segunda parte deste trabalho aborda o patrimônio, clarificando e exemplificando conceitos e tipos de patrimônio. Neste ponto, também é trabalhado seu percurso histórico diante de sua utilização, dando ênfase principalmente ao campo material, ao demonstrar que ele foi algo relevante para a história das civilizações, de modo que, por vezes, colaboraram na criação das identidades nacionais. Assim, passo por um contexto global e vou para uso do patrimônio nacional brasileiro, fazendo assim um percurso junto à história política de nossa nação. Findando o primeiro ponto com a discussão da aplicabilidade da educação patrimonial no ensino de história e história da arte, explicitando aí que a compreensão desta se torna relevante no entendimento da história nacional e em específico da história local penedense.

A terceira parte deste trabalho explana a história de formação de Penedo–AL, a partir de um olhar direcionado à história religiosa local, com suas ordens, confrarias e irmandades. E por assim ser, a construção de seu patrimônio material religioso, em específico, as igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos e a de Nossa Senhora dos Anjos. Neste ponto, também, por meio da análise, é mostrado que a religião colaborou para a inclusão social de pretos e pardos, ao passo que legitimou a estratificação social. Esse segundo ponto entra no produto, pois

tenho o intuito de facilitar para meus colegas professores no que diz respeito à historiografia do lugar e dos templos já citados.

A quarta e última parte dessa dissertação consta do produto, um roteiro didático para professores do Ensino Médio do Estado de Alagoas, o qual nomeei de **Pequeno Manual de Educação Patrimonial: um direcionamento para o uso do patrimônio penedense**. O roteiro é dividido em quatro partes, na primeira parte consta a história do lugar, para que o professor consiga entender o espaço a ser vivenciado com seus alunos, a segunda parte consta de atividades propostas antes da vivência nos templos, a terceira parte é o momento da vivência, na qual dispus de um breve guia de observação para os alunos seguirem, e a última que consta do momento de compartilhar todos os saberes interligando com os assuntos do currículo de história e artes do Ensino Médio.

Tal produto surge como uma alternativa para trabalhar a distinção social de caráter racial via educação patrimonial e remediar a ausência de cursos formativos para professores alagoanos no que se refere ao uso do patrimônio material penedense. A criação de um roteiro didático que perpassasse templos de brancos, pretos e pardos, fundamentado teoricamente e que auxilie o professor a trabalhar com seu alunado, tal patrimônio, torna-se uma solução para o problema.

2 O PATRIMÔNIO

Quero começar este texto com o relato de uma experiência ocorrida durante uma de minhas aulas de arte sobre patrimônio histórico na turma do sétimo ano do ensino fundamental de uma escola particular no Estado de Alagoas. Parti da premissa dos saberes dos alunos e os questioneei o que eles entendiam sobre patrimônio. As respostas que recebi foram que patrimônio é “uma casa, um carro, que era (*sic*) os bens materiais de uma pessoa.” As respostas, de fato, estavam corretas, no entanto, no momento em que questioneei tive a esperança de obter outro tipo de resposta; meu inconsciente clamava por ouvir algo que ligasse ao patrimônio histórico, no entanto, nada obtive acerca do que eu esperava. Com efeito, minha pergunta abriu precedentes para outras interpretações, pois a palavra patrimônio pode ser aplicada a patrimônio material, patrimônio econômico, mobiliário, artístico e tantos outros. Mas, o objetivo desta pesquisa é falar sobre um tipo específico de patrimônio, o mesmo da minha aula no sétimo ano, com um pequeno diferencial, aqui preciso ser mais científica possível.

Assim, precisamos fazer certos apontamentos. No decreto de Lei de 1937 entendia-se como patrimônio o conjunto de bens móveis e imóveis do país, onde eles estavam sob proteção do poder público. Tal decreto nomeou Patrimônio Histórico e Artístico como conjunto de bens. Em 1988, sob a égide de uma nova constituinte, o cenário mudou de figura, foi implementado um artigo que ampliava a ideia de patrimônio, e modificava sua nomenclatura, passando de Patrimônio Histórico e Artístico para Patrimônio Cultural Brasileiro. Assim, o Art. 216 da Constituição Federal (doravante CF) de 1988 diz o seguinte:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 1988).

Em vias gerais, essa mudança na constituição incorpora o patrimônio imaterial e material, isso porque sentiu-se a necessidade de preservar aspectos culturais para além da materialidade, pois a memória de um povo é constituída por seus saberes, tradições, produções, que podem ser múltiplas, desde construções (edificações) até telas, textos entre outros. Por isso, o artigo 216 da CF de 1988 foi importante ao incluiu aspectos até então pouco valorizados, que eram correlacionados aos diferentes povos que compuseram a identidade da sociedade brasileira.

Outro fator importante, foi a incorporação das comunidades na preservação do patrimônio, pois eles sentindo-se partícipes do processo podem colaborar ainda mais da salvaguarda patrimonial. O fator história, memória, identidade e patrimônio torna-se uma constante neste processo. Diante disso, Hall diz que:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mais também de símbolos e representações [...]. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a 'nação', com os quais podemos nos identificar, constroem identidades (HALL, 2006, p. 50-51).

Eduardo Molina (2019) coloca a concepção de patrimônio cultural como algo que decorre dos interesses de cada época, tais interesses estão atrelados a fatores econômicos e ideológicos. Ou seja, o patrimônio foi utilizado como fator de legitimação de classes em todos os meandros da história e colaborou para os processos identitários das nações. Neste sentido, entendemos patrimônio como algo constituído em um processo de disputa política, por memória e poder, e pela afirmação de si diante de um “outro” (FIGURELLO, 2016, p. 23). Aqui cabe percorrer um pouco a história e identificar esta visão da utilização do patrimônio no mundo, para que só aí possamos retornar ao Brasil.

Do mesmo modo, se pensarmos a Idade Média, vamos recordar do poderio da Igreja Católica e de seus vastos templos que perpassam pela arquitetura bizantina, românica e gótica, cada uma com singularidades e similitudes, principalmente no que diz respeito à intenção de se mostrar como espaço seguro e austero. Paralelo às igrejas, grandes castelos e sua nobreza, tais construções têm caráter monumental e possuem uma

existência simbólica. Durante o renascimento cultural, tivemos uma retomada dos valores clássicos (greco-romanos) e uma preocupação com a razão, o humanismo somado à ciência passa a atuar diretamente em toda a sociedade, a arte passa a ter novas formas e novos significados, as edificações e as esculturas voltam a se preocupar com “o belo”, característico da arte grega, no entanto os valores de seu tempo não são deixados de lado, são, portanto, o diferencial das novas produções.

O interesse pelos vestígios materiais da Antiguidade levou os renascentistas à prática do colecionismo de objetos pertencentes à época, o que demonstra a relação de valorização histórica e artística que o período renascentista mantinha com os monumentos erigidos pelos gregos e romanos durante a Antiguidade (MOLINA, 2019, p. 26). No entanto, é por meio do processo de unificação dos reinos que o patrimônio começara a ser utilizado com um outro sentido: a ideia era desenvolver elementos que colaborassem para a formação das identidades nacionais. Dessa forma, a história “dos grandes feitos”, os símbolos nacionais, a linguagem e seus monumentos serão elementos fundantes para criação desse senso identitário dos povos (nações).

O século XX, sem dúvida, foi um período conturbado, marcado pela Segunda Revolução Industrial, crise econômica mundial, surgimento de regimes totalitários e guerras sequenciais. A modernidade trouxe o melhor e o pior da humanidade. Os regimes totalitários resgataram os vestígios do passado para fomentar uma memória histórica e uma identidade de grandeza. Deste modo, Adolf Hitler conseguiu implementar o nazismo na Alemanha e espalhar suas ideias deturpadas pela Europa. Suas ações resultaram em uma guerra de horrores e destruição em massa. Os efeitos do pós-segunda guerra foram tamanhos, de modo que foi necessário a criação de um órgão que mediasse situações de conflito.

Assim, a ONU foi criada em 1945 por meio da publicação da **Carta das Nações Unidas - ONU**. No campo do patrimônio, o órgão especializado do sistema ONU é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, que tem um papel fundante, pois é responsável pela definição de regras de proteção do patrimônio histórico e cultural da humanidade, tais políticas foram estimuladas por meio de programas educacionais pelo mundo, pois acredita-se que é por meio da educação, ciência e cultura que se pode manter a paz mundial.

No entanto, foi entre as décadas de 60/70 que a discussão sobre o patrimônio aumentou, ocorrendo diversos encontros mundiais entre as nações para debater assuntos correlacionados a tais temáticas. Em 1975, durante o Congresso do Patrimônio

Arquitetônico Europeu, que ocorreu em Amsterdã, nos Países Baixos, levantou-se a necessidade de ampliação do conceito de patrimônio para o mundo e fomentou-se a necessidade do reconhecimento da pluralidade cultural entre os diversos povos.

O texto da **Declaração** assinalou a importância da comunidade internacional velar pela preservação e defesa cultural de cada povo. A partir de então seria impossível dissociar a noção de patrimônio cultural da noção de identidade cultural de um povo (MOLINA, 2019, p. 33). É nesse contexto que a partir do próximo ponto, abordaremos de forma mais aprofundada, o que começamos a discutir no início deste texto: o patrimônio brasileiro e as discussões sobre seu uso, fazendo, assim, uma análise de como o patrimônio foi ganhando espaço em território nacional, até ser implementando ao processo educacional.

2.1 O PATRIMÔNIO NO BRASIL

A preocupação com o patrimônio há muito esteve interligada à ideia de identidade nacional. No Brasil esse processo não teve início na década de 30, mas, foi implementado outrora, com outro formato. Podemos então pontuar instituições como: a Academia de Belas Artes, o Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, como instituições que colaboraram com a construção da memória nacional, e por assim ser, com a memória deste povo. Lógico que a interferência externa foi ampla, e há muito, tais instituições perpetuaram uma história excludente, com valores de civilidade europeias, deixando de lado negros e indígenas, ou colocando-os de forma marginal. Almir Oliveira pontua que “fazer história da pátria era antes de tudo exercício de exaltação” (OLIVEIRA, 2010, p. 54). Assim, ao propagar a história de certos heróis nacionais, o Estado deixava o cidadão preso a mecanismos de indução de uma memória nacional excludente, e os condicionava à exaltação daqueles que por vezes foram vilões e não heróis.

O processo/projeto de preservação histórico, principalmente, do patrimônio arquitetônico, considerando que o espírito ufanista e exaltador da nação não eram práticas presentes entre os modernos, porém, ainda assim, era o contar da história através do construído, do edificado, do monumental, iniciou-se oficialmente no ano de 1936, com a criação do Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, e vai obter força de lei com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que tinha por

finalidade: “organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” (OLIVEIRA, 2010, p. 56).

Os modernos citados acima foram os artistas que compuseram um dos processos mais significativos da nossa história nacional, o Modernismo brasileiro, este decorre da ousadia de artistas que beberam das vanguardas europeias e romperam com um estilo de arte conservador e acadêmico para construção de uma arte tipicamente brasileira, uma arte de ruptura, libertaria. Estes artistas espalhados em nosso solo, foram construindo as bases desta nova arte, que tem como marco simbólico a Semana de Arte Moderna de 1922, semana esta que não durou mais de três dias, mas que foi suficiente para chocar e inovar as diversas linguagens da arte, dando origem a novos conceitos e expressões significativas para construção da nossa história e memória nacional. Foram eles que impulsionaram a criação de algo tipicamente brasileiro, saindo, assim, da perpetuação dos ideais europeus. Tal movimento levou a primeiro plano o homem do campo, os retirantes nordestinos, os trabalhadores fabris, os indígenas e todos aqueles que há muito não apareciam nas artes plásticas, na literatura e na história desta nação. Dos artistas que compuseram esse movimento, quero falar de Mário de Andrade, importante literário e visionário, que viu a necessidade de criar mecanismos de preservação do nosso patrimônio material e artístico nacional. Para além disso, Mário de Andrade acreditava que era preciso criar, conservar e propagar tal patrimônio, pois ele passava a abarcava o erudito e o popular, trazendo em si a brasilidade em sua essência.

O projeto de Mário de Andrade sofreu algumas alterações, e em 1937 durante o Estado Novo varguista, foi promulgado o decreto de Lei n° 25, que dizia que o patrimônio constava do conjunto de bens móveis e imóveis do país, que estes estavam sob proteção do poder público, recebendo a denominação de Patrimônio Histórico e Artístico. Assim, o decreto de lei abarcava a preservação do patrimônio que deveriam inserir-se em quatro livros de tombo. Na prática, nos trinta primeiros anos da atuação do SPHAN, a prioridade dada aos bens imóveis do período colonial pode ser relacionada ao momento político, no qual se buscava a afirmação de uma cultura nacional, por meio do projeto ideológico do Estado Novo (MOLINA, 2019, p. 46). O SPHAN ficou sob tutela executiva de Rodrigo Melo Franco até 1967, e durante sua atuação percebeu-se a incidência de valorização e preservação de uma arquitetura religiosa e de cidades que foram polos econômicos no Brasil colonial, o que reafirmava ideais de uma elite agrária e de uma ideologia religiosa.

Os bens escolhidos para representarem o passado em forma de patrimônio vão ter que enquadrar nessa ótica. Um passado calcado em heróis e fatos referentes a uma só raça

formadora de nossa cultura. Uma prática que vai privilegiar as construções religiosas, as militares, as residências senhoriais e os palácios atentatórios de um poder centralizador e oligárquico (OLIVEIRA, 2010, p. 62).

Assim, com a saída de Rodrigo Melo, assume a direção do SPHAN Renato Soeiro que fica até fins de 1979. Durante o período de sua gestão, no qual é assinado o decreto de Lei nº 66.967 de 27 de julho de 1970, que trata da concessão da autonomia administrativa e financeira do SPHAN, que passa a ser denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Tal nomenclatura não ficou até o tempo presente, pois o órgão acabou sofrendo interferência dos distintos governos (administradores) e foi mudando com o tempo, desde o nome até a gestão institucional. Ainda durante a ditadura militar a estrutura e preocupações do IPHAN foram se modificando, principalmente pós-anexação do Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC, à estrutura do órgão. Assim, o IPHAN passa a ter um olhar mais plural da cultura e suas manifestações. Aluísio Magalhães que assumiu em 1979 deu andamento a tal processo, que acabou sendo interrompido por sua morte em 1982.

Com o fim da ditadura militar em 1985, sob o período de redemocratização do país, as discussões sobre patrimônio e cultura ressurgem, ganhando força com a implementação da Constituição Cidadã em 1988, a partir da qual a ideia de patrimônio modifica-se, saindo de Patrimônio Histórico e Artístico, para Patrimônio Cultural Brasileiro, ampliando, assim, o campo de natureza material e incorporando as manifestações culturais de caráter imaterial.

A CF de 1988 possibilitou também a incorporação da população no processo de proteção, e criou leis que incentivavam empresas privadas a colaborarem neste processo em troca da isenção de impostos. Por mais avançado que o discurso poderia aparentar, muito se tinha a fazer. No que tange ao patrimônio imaterial, o processo de salvaguarda não saiu do papel, a mudança nesse setor só ocorrera em 2000, por meio do Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto do respectivo ano, quando se cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e estabelece o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

O exemplo do processo de patrimonialização ocorrida no Brasil é um exemplo contundente da evolução que a noção de patrimônio tomou ao longo do século XX. Da consagração do patrimônio edificado, pertencente ao passado colonial de caráter elitista à noção de referências culturais de caráter intangível do cotidiano de comunidades populares, a ação do Estado percorreu todo o processo que atribuiu um novo sentido para

o patrimônio nacional e possibilitou o surgimento dos pressupostos teóricos da educação patrimonial (MOLINA, 2019, p. 38-39).

Neste sentido, a forma como o patrimônio foi sendo visto em território nacional diz muito sobre o nosso processo formativo e evolutivo como sociedade. O patrimônio material vem sendo colocado em primeiro plano como meio de preservar ou postergar a história elitista deste país. A década de 1980 abriu uma pequena fresta nas manifestações culturais genuinamente brasileira e colocou em jogo nossas matrizes culturais que há muito não eram vistas. Por conseguinte, este trabalho ao discutir o patrimônio material, faz alusão à história religiosa de uma cidade colonial do interior de Alagoas, mas traz como objeto de análise a ação negra e a edificação de seu patrimônio. Assim, tenho por objetivo contrapor a estrutura vigente, trazendo à tona a resistência negra no século XVIII por meio do patrimônio material da cidade de Penedo-AL. Para que ele seja notado é preciso a aplicabilidade da educação patrimonial, elemento em que acredito ser um dos mecanismos de desenvolvimento de um conhecimento emancipatório por parte do alunado. Dessa forma, no próximo tópico trabalharemos a educação patrimonial no ensino de história.

2.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA

Ao levar em consideração que a educação patrimonial trata de um processo contínuo e sistemático de aprendizagem, que perpassa o patrimônio cultural, temos que ponderar as diferentes manifestações culturais, assim como as diferentes evidências materiais (templos, casas, prédios, etc.) e imateriais (danças, receitas, etc.). O ensino de história e, em específico, os professores de história vêm sendo incorporados na tarefa de educar por meio do patrimônio. Bitencourt (2008, p. 277) afirma que essa tarefa “envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de aplicação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado”. Por isso, é tão necessário compreender o que é educação patrimonial e como ela pode ser significativa para o ensino de história.

Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela

construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014, p. 19).

A educação patrimonial tem sua relevância no ensino de história, pois possibilita associar ao conhecimento histórico, o patrimônio de um determinado lugar. É diante deste cenário de rompimento de muros que a educação patrimonial ganhará sentido, ampliando o olhar do aluno sobre a região e sobre a história do objeto estudado. Se pensarmos em uma educação bancária, na qual o aluno é um mero ouvinte da história, fica um tanto distante falar em uma aprendizagem histórica fora dos muros escolares.

“Assim é, que enquanto a prática bancária, como enfatizamos, implica uma espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante ato de desvelamento da realidade” (FREIRE, 1987, p. 70).

Desse jeito, trabalhar com educação patrimonial é fugir do habitual e ressignificar as formas de se estudar história. Portanto, este trabalho tem como foco o ensino de história de caráter libertário-crítico, no qual por meio da educação patrimonial, almejamos desenvolver uma curiosidade epistemológica necessária para formação do pensamento emancipatório. Para isso, estudaremos o patrimônio material penedense, em específico um olhar sobre as Igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos, e a Igreja de Santa Maria dos Anjos, encontrada dentro do Convento Franciscano na cidade de Penedo-AL. A escolha dos três templos não se deu de forma aleatória, afinal por trás de cada objeto existe uma intencionalidade, assim, tem-se como intenção abordar as questões étnico raciais no Brasil colonial (séc. XVIII), ponderando o fator religiosidade como meio de segregação, ascensão e distinção social.

Tendo como prerrogativa um ensino de caráter emancipatório, libertador, a educação patrimonial e o estudo dos objetos em questão trazem discussões pertinentes. Não é legitimar um discurso de poder, é levar o aluno a questionar a sociedade do século XVIII de forma autônoma e libertária, levando-os a pensar certo, por meio de uma “curiosidade epistemológica” diante do objeto, a partir do qual, por meio do olhar crítico, eles construam saberes significativos. “Pensar certo, em termos críticos, é uma exigência que os momentos do ciclo gnosiológico vão pondo a curiosidade que, tornando-se mais e

mais metodicamente rigorosa, transita da ingenuidade para o que venho chamar de ‘curiosidade epistemológica’” (FREIRE, 1996, p. 29).

Trazer à tona o fato da igreja dos pardos ser tombada e a dos negros não, assim como pontuar que a igreja do Rosário foi construída em dois séculos e a de São Gonçalo Garcia em um ano, já traz reflexões significativas a serem feitas, o que desperta a curiosidade dos alunos, levando-os a um processo investigativo e autônomo. Isso leva a objetivar a formação de indivíduos capazes de agir socialmente, criando percepções e colocando em voga sua identidade diante do todo. Por isso, a educação emancipadora faz do alunado seres sociais atuantes.

A preocupação com o patrimônio cultural não é algo recente, no Brasil, o discurso da preservação do patrimônio material acentuou-se no século XIX, mediante necessidade de criação e fortificação de uma identidade nacional, assim, a cultura, a arte e a educação foram complementares neste processo.

No entanto, é no pós-Segunda Guerra (1939-1945) que esse discurso ganha proporções mundiais, sob atuação da UNESCO, expandindo assim a ideia de salvaguarda de um patrimônio material e natural da humanidade. No que diz respeito ao patrimônio imaterial, esse sim é uma discussão recente, já que o decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 defende a salvaguarda da “continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira”.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mais também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...]. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades (HALL, 2006, p. 50-55).

À vista disso, o patrimônio material conta a história de uma determinada classe social e, por isso, temos que ter cuidado na escolha dos objetos, variando no critério de escolha, pois:

Ao limitar os estudos a lugares considerados ‘monumentos históricos’ tombados pelo patrimônio histórico, pode-se conduzir os alunos a equívocos sobre a própria concepção de história e sedimentar a ideia de que a memória histórica deve ater-se apenas a determinadas esferas de poder (BITENCURT, 2008, p. 279).

A história da arte comprova que os grandes templos medievais com seu poder e austeridade o eram por motivos políticos e identitários, assim como os grandes castelos

européus, ou na história egípcia as pirâmides. Enfim, a arquitetura refletia os ideais de poder imperantes. Ao observarmos as culturas nacionais temos que ter em mente que estes conglomerados arquitetônicos corroboraram com a formação da identidade nacional de seu povo. No entanto, não é fator determinante, pois podemos encontrar comunidades que vivem em centros históricos reconhecidos mundialmente e que não têm conhecimento de sua relevância histórica, não se identificando com ela.

Se partirmos de uma perspectiva de conhecer para contrapor, conseguiremos ressignificar o patrimônio. Cada indivíduo enxerga um determinado patrimônio devido a suas experiências, suas memórias. Dessa forma, é sobre o conceito de identidade estabelecido por IPHAN (2012, p. 7) ao defender que “a identidade de uma pessoa é formada com base em muitos fatores: sua história de vida, a história de sua família, o lugar de onde veio e onde mora, o jeito como cria seus filhos, fala e se expressa, enfim, tudo aquilo que a torna única e diferente das demais”.

Neste sentido, desenvolveremos ações eficazes no que tange à educação patrimonial, pois ao darmos autonomia aos estudantes, eles vivenciarão o patrimônio movidos por uma curiosidade epistemológica contínua e libertária, e suas experiências ganharão sentido se correlacionadas ao compromisso do coletivo.

Como nos princípios estabelecidos por Paulo Freire para orientar a prática pedagógica da educação popular comprometida com a formação do sujeito político, autônomo e cidadão a ação pedagógica do desenvolvimento local, igualmente, observa princípios como: o respeito aos saberes dos sujeitos; a apreensão e decodificação da realidade; o desenvolvimento da reflexão crítica e o reconhecimento da identidade cultural. Isto daria formato a ação consciente dos sujeitos na perspectiva da educação popular e do desenvolvimento requerendo que observemos a questão das identidades, compreendida como um processo de construção de significados com base em um atributo cultural que formatadas pela base material da vida trazem em si a marca da história de cada grupo: suas instituições, relações de poder, religiosidade, etc. Este contexto define sua condição de resistência ou de legitimação da estrutura social em que está inserido marcando sua tendência sócio política e cultural (ALMEIDA, 2004, p. 2).

A história do ensino de história nos mostra a evolução do ensino com o passar dos anos. Assim, a transição da educação bancária e seus métodos mnemônicos para uma educação que engloba outros paradigmas metodológicos só foi possível graças à luta de alguns e da elaboração de leis que embasaram tal luta.

O ensino de História se destaca por mudanças marcantes em sua trajetória escolar que a caracterizavam, até recentemente, como um

estudo mnemônico sobre um passado criado para sedimentar uma origem branca e cristã, apresentada por uma sucessão cronológica de realizações de ‘grandes homens’ para uma ‘nova’ disciplina constituída sob paradigmas metodológicos que buscam incorporar a multiplicidade de sujeitos construtores da nação brasileira e da história mundial (BITTENCOURT, 2018, p. 127).

As décadas de 1980 e 1990 foram fundantes para isso, graças à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, de 1998. De modo geral, pode-se afirmar que, a partir de meados da década de 1980 até o fim da década de 1990, ocorreu um confronto de propostas que buscavam novos referenciais para o ensino de História (SCHMIDT, 2012, p. 88). A utilização dos diferentes espaços de memória tornou-se uma alternativa para o ensino de história. A nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC, de 2019 vem fomentar a participação ativa de professores e alunos no processo ensino-aprendizagem. Freire afirma que “os educandos vão se transformando em reais sujeitos de construção e de reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 1996, p. 26).

Por meio da educação patrimonial enquanto método de ensino, tem-se como ideia de produto a criação de um roteiro didático que auxilie os professores de história do Estado de Alagoas, antes, durante e depois da visita aos templos em questão, para que o objetivo da aprendizagem do alunado seja significativo. Afinal, a “educação patrimonial é um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (ZARBATO, 2018, p. 33).

A proposta de produto consta do desenvolvimento de roteiro didático para que o professor se prepare e possa preparar seu alunado para o estudo do meio. E assim, o professor possa levar o alunado a conhecer a história do lugar e contrapor a historiografia oficial, trazendo à tona a história por trás da história, ou por que não, a história por trás dos templos.

Assim, o primeiro passo do roteiro didático consta da observação dos saberes dos alunos sobre o lugar a ser estudado, de forma dialógica. O professor apreenderá de forma respeitosa o que o aluno sabe sobre o espaço em questão e trocará informações com eles, informações que se tornarão gatilhos estimuladores a curiosidade ingênua deles. O segundo passo consta da busca por informações, assim o aluno devidamente estimulado por meio da curiosidade aprofundará seus saberes de forma autônoma, buscando,

pesquisando, sobre o local e os objetos de estudo. Tais levantamentos serão apresentados em sala de forma dialógica, de modo que professor e alunos se coloquem no mesmo patamar de aprendizagem. Desse modo, ambos decodificarão a história do lugar e partirão para o terceiro ponto.

No terceiro ponto, já por dentro da história do lugar, o professor passará uma lista com pontos a serem observados e comparados entre os objetos de estudo (é por isso que o roteiro deve ser planejado com responsabilidade, para que não haja legitimação da história de uma classe diante de outra), pois o aluno fará suas anotações e registros por meio de fotos e vídeos, para só aí, partirem para a vivência junto ao patrimônio. E, é na vivência do espaço que o professor deixará o aluno desbravar o ambiente, buscar suas respostas. Neste momento, o professor precisará ficar atento ao comportamento dos alunos e analisar se há avanços na aprendizagem, se há novas descobertas, ao passo que o alunado esteja preparado para tirar dúvidas e estimular a criticidade por meio da observação e da comparação entre os objetos.

De volta à sala de aula, o aluno deverá explanar suas observações no espaço e as comparações entre os discentes, pontuando sua percepção, instigando seu olhar crítico diante da experiência. Por fim, o último passo do roteiro consta da preparação de um produto que associe todo o processo para ser apresentado a toda a comunidade escolar, pois o retorno à comunidade deve ser significativo.

Acredita-se, que ao passo que o aluno conhecer os diferentes espaços de memória, ele vai comparar os estudos prévios, as experiências de observação, registro e comparação, podendo despertar para um senso identitário diante do objeto, ao passo que a busca pelo saber será estimulada, despertando a curiosidade epistemológica necessária para a formação do pensamento crítico-libertário.

Até agora fizemos uma abordagem sobre a educação patrimonial e o estudo do meio no ensino de história como recurso metodológico para desenvolvimento de uma curiosidade epistemológica necessária para implementação do conhecimento autônomo, crítico-libertário, tendo como foco as questões étnico-raciais do século XVIII, perpassando pela história religiosa penedense como fator preponderante para distinção racial. A seguir faremos uma breve abordagem sobre a cidade de Penedo-AL e sua história religiosa por meio das irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Preto e São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos e seus templos.

3 HISTÓRIA DE PENEDO: RELIGIÃO E RESISTÊNCIA NO BR SÉC. XVIII

Antes de falar das irmandades penedenses, precisamos situar o espaço. Dessa forma, neste ponto trabalharemos primeiramente a cidade de Penedo-AL, para em seguida falar da Irmandade do Rosário dos Pretos do Penedo, de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos e sobre a Igreja de Santa Maria dos Anjos, localizada no Convento Franciscano.

Com o nascimento do Brasil e nos primórdios do século XVI o grande potencial líquido, o Rio São Francisco, tomou posição de realce na História do Brasil. Graças à sua função altamente significativa, como veículo da civilização brasileira, um novo núcleo populacional surgiu, cujo nome é de todos conhecidos – PENEDO (MÉRO, 1974, p. 19).

A história do Penedo não pode dissociar-se do Rio São Francisco ou do “Opara” como os nativos Caetés o nomeava. Tal região era dominada até então pelos nativos Caetés e Aboitiaras, com o passar do tempo a região foi sendo tomada pelos europeus (franceses/portugueses) que se encantaram diante do potencial fluvial do São Francisco e de sua vasta região. Assim, nos primórdios do século XVI sob o regime das capitânicas hereditárias, o donatário Duarte Coelho de Albuquerque Filho em 1560 instalou sua feitoria no local da Rocheira respaldando seu poder naquele pequeno núcleo populacional.

Figura 1 – Margens do Rio São Francisco – Penedo/AL



Fonte: arquivo pessoal (2019).

A região desenvolveu-se economicamente, sobretudo, nas lavouras canavieiras e nos grandes currais de gado, o São Francisco foi cabal para este crescimento, assim como a utilização da mão de obra escrava negra. Em abril de 1636, a região foi elevada à categoria de vila e recebeu o nome de Vila do Penedo do São Francisco, sob o título de “mui nobre e leal”.

A posição privilegiada do Penedo às margens do Rio São Francisco chamou a atenção dos holandeses, sendo invadida e comandada por eles por quase 10 anos; como meio de assegurar o espaço foi erguido um Forte na região ao qual deram o nome de Forte Maurício, homenageando o líder holandês, Maurício de Nassau. Ernani Méro (1974, p. 30), assinala que “os holandeses, nos anos de 1637 a 1645, época em que ficaram na Vila, praticaram absurdos vários, entre eles a queima do arquivo da mesma e a expulsão de várias famílias para Bahia”. Tais atitudes geraram o conflito denominado de “Openeda” que resultou na expulsão holandesa e derrubada do Forte Maurício, como medida preventiva de uma possível retomada holandesa do território.

Figura 2 – Forte Maurício no Rio São Francisco – Penedo/AL



Fonte: Alves (2018)

Passado o conflito com os holandeses, os penedenses fizeram-se presentes em um outro momento da história: a resistência negra alagoana diante do regime escravista e das imposições da Coroa portuguesa. Os negros de Palmares dialogavam com os negros de Penedo, a irmandade dos irmãos de cor auxiliava os irmãos Palmarinos. Cabe aqui frisar que na Vila do Penedo existiam resquícios de um Quilombo primitivo, demonstrando que em Alagoas a resistência negra foi para além do Quilombo dos Palmares e que em Penedo a luta pela existência encontrava resistência.

Rebentou em Alagoas a luta pela extinção dos Quilombos dos Palmares no ano de 1697. Penedo esteve presente. Admitindo-se a hipótese de que pretos sediados em Palmares mantinham contatos com os pretos da Vila do Penedo, aceita-se que o Oiteiro tenha sido um reduto de um primitivo Quilombo (MÉRO, 1974, p. 35).

Os negros e pardos do Penedo fizeram-se presentes em toda a história da região, dentro dos engenhos, nas lavouras de cana, no cuidado do gado no “Curral do São Francisco”, nas irmandades leigas dentro da Igreja Católica e nos grandes conflitos locais. O povo penedense é constituído pela mistura de índios, franceses, portugueses,

holandeses e africanos, de modo que a mistura resultou na identidade desse povo, que perseverou em seus costumes e tradições.

De Vila do Penedo do São Francisco à categoria de cidade no ano de 1842, Penedo mostrou-se palco de grandes histórias, deixando claro sua relevância no cenário político e econômico alagoano. Cabe salientar que a historiografia alagoana é algo em construção, e aos poucos diante de novas perspectivas vem sendo construída. Esta autora espera corroborar neste processo trazendo à tona um pouco da história de pretos e pardos do Penedo.

3.1 A DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E AS ORDENS TERCEIRAS

Durante os primeiros séculos de formação da sociedade brasileira, o catolicismo exerceu total poder de coerção sobre qualquer outra prática religiosa ou expressão cultural (CÁSSIA, *apud* HOONAERT, 1978, p. 14). A colonização brasileira foi fortemente marcada por violência física e moral. A Igreja Católica invadiu o território brasileiro e impôs seus ideais de bem e mal, proibindo e reprimindo todos que fossem contrários a seus mandamentos.

Assim, com auxílio do Estado Português, a igreja conseguia ampliar o número de fiéis e ao mesmo tempo integrar a sociedade por meio do catolicismo. No decorrer do tempo, os mais diversos grupos étnicos foram se aproximando dos santos católicos, essa aproximação tinha como intuito ganhar certo “prestígio” dentro daquela sociedade excludente.

Em Portugal, na Espanha ou nas Américas, a partir da chegada dos africanos escravizados, que imediatamente eram submetidos à conversão ao cristianismo, surgia a necessidade de encontrar novas formas de se organizarem e adaptarem no novo mundo. Neste sentido, parece que as Irmandades de devoção, e em especial a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, seriam uma das possibilidades, a mais concreta, talvez, para tal (SIMÃO, 2010, p. 40).

Associar a Igreja Católica a um movimento de resistência negra no Brasil Colonial parece inimaginável. No entanto, a devoção a Nossa Senhora do Rosário e a criação das irmandades leigas possibilitaram um espaço de inclusão para aqueles que

sempre foram perseguidos (pretos, crioulos, pardos). A devoção a santos e santas foi o meio encontrado para a vivência de crenças e da cultura africana.

Era de fundamental importância a obtenção de um espaço próprio para que fosse realizado tanto os rituais religiosos como as atividades sociais dirigidas ao negro (CÁSSIA, 2001, p. 171). Dentro dos templos, eles tinham “liberdade” para falar sem a vigilância dos capitães do mato e de seus senhores.

Cabe salientar, que as irmandades são resquícios do medievo, surgiram por volta do século XIII sob a Ordem dos Dominicanos e foram ganhando espaço na Europa. Elas foram de fundamental importância na conjuntura colonial, pois interferiram na vida social, política e religiosa da província. Segundo Wernet (1992), citado por Simão (2010), pode-se distinguir três formas dessas organizações leigas: as Irmandades de Misericórdia, criadas objetivando a construção e a manutenção de abrigos para Indigentes; as confrarias, com fins de culto e devocionais que conforme seus compromissos, possuíam como finalidade principal, no entanto não exclusiva, o culto a um santo patrono; e as Ordens Terceiras, corporações de leigos, subordinadas às ordens tradicionais primeiras, seguindo o respectivo modelo de piedade e religiosidade. As Irmandades de pretos tinham geralmente como invocações religiosas São Benedito e Santa Efigênia, ambos negro. No entanto, era Nossa Senhora do Rosário, uma santa branca, que predominava nas escolhas das invocações.

As irmandades de Nossa Senhora do Rosário se espalharam pela Europa, África e América, ao mesmo tempo foram ganhando respaldo entre os homens de cor, pois abria espaço para todos, sem qualquer distinção. Assim, a invocação entoou o nome das irmandades sob o título de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, entre outros. No século XVI no Brasil, encontraram-se registros de irmandades do Rosário em São Paulo e em Pernambuco, ambas instaladas sob influência dos jesuítas.

As Irmandades negras, no início se subdividiram em fatores étnicos, ficando explícito tal afirmativa ao analisarmos os templos religiosos de Penedo, onde podemos encontrar um templo para pardos, outro para brancos e outro para os negros. Por trás de cada um preexiste uma irmandade que abriu portas e lutou para construção deles mesmos.

A estratificação étnica foi favorável à Coroa, pois para eles a divisão das irmandades e dos “irmãos” de cor impedia possíveis revoltas, ao mesmo tempo que mantinha o clima de disputa entre os grupos. De fato, foi isso que ocorreu durante muitos anos, atrapalhando assim a resistência negra.

Entre o final do século XVII e o XVIII as irmandades ganharam maior expansão e respaldo, o aumento da população africana em território brasileiro possibilitou mudanças nos valores sociais da época, ampliando a atuação das ordens leigas, fortificando-as. O século XVIII é o século mais movimentado da história das implantações e do desenvolvimento da igreja no Brasil. A hierarquia católica conhece momentos de instabilidade interna.

A máquina administrativa portuguesa, frequentemente em conflito com a cúria romana, a impede de pôr em prática um dispositivo eclesiástico mais eficiente e dinâmico (ALMEIDA, *apud* RUBERT, p. 357-358). Essa instabilidade da Igreja Católica revelou uma leve abertura em sua organização e isso fica claro no aceite de símbolos pertencentes a outras culturas, como algo inerente ao catolicismo. Aos olhos da igreja essa prática não passava de um mecanismo de controle e de unificação religiosa. No entanto, essa abertura possibilitou mais uma expressão de luta e resistência cultural e religiosa negra.

Tais irmandades eram organizações religiosas com regras e normas a serem cumpridas, elas tinham como requisito básico a situação socioeconômica e a cor da pele. Elas, por vezes, assumiam um caráter social e integrador, principalmente para aqueles que viviam a margem, como mulatos e crioulos. Segundo Cássia (2001), as irmandades religiosas compostas por negros, além de assumirem a assistência médica e jurídica, o socorro em momentos de crise financeira e os funerais tanto de membros dessas associações quanto de seus familiares, também se responsabilizavam pela compra de alforrias de outros escravos.

As irmandades, ao passo que favoreciam seus irmãos, também exigiam deles o cumprimento das obrigações, só em casos muito graves alguém era expulso da ordem do Rosário. São várias as punições para o associado negligente, no entanto, para chegar à expulsão, independentemente de cargo ou aptidão, o irmão teria cometido um erro considerado gravíssimo pela irmandade (ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2013, p. 5).

Para gerir tais irmandades era necessária uma mesa responsável, que deveria ser regida por um presidente que era escolhido para assumir o cargo. A mesa da confraria de Nossa Senhora do Rosário era composta por um presidente que era o pároco da freguesia, um escrivão, um tesoureiro e um zelador, além de doze mesários, que poderiam julgar junto ao presidente os problemas da comunidade e nomear mais funcionários para compor a mesa (ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2013, p. 3). Os membros da mesa jamais poderiam ser considerados subversivos, uma das premissas para constituir

a mesa era ter boa conduta e ser reconhecido socialmente. Ter boas condições econômicas também influenciava no processo, afinal era preciso ter meios de custear os rituais festivos, fúnebres e as obras na Igreja.

As igrejas nesse processo eram a efetivação do poder da irmandade. As irmandades religiosas que não tinham a sua própria igreja ocupavam os altares laterais dos demais templos religiosos, enquanto iam angariando meios que, mais tarde, permitissem a edificação da sua igreja e, conseqüentemente, uma participação mais ativa no meio social (CÁSSIA, 2001, p. 174). Aquelas irmandades que não conseguiam seus templos acabavam sendo desvalorizadas e, por vezes, extintas. As esmolas eram de extrema importância nesse processo, pois além do templo que precisava ser erguido eram necessários fundos para sua ornamentação, pois templos com poucos adornos não demonstravam poder e não tinham respaldo social.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Vila do Penedo, surgida por volta de 1634 segundo registros encontrados no XVII, ainda lutava para construir seu templo, já em 1781 a Irmandade pediu autorização à Coroa para pedir esmolas com o intuito de ornamentar sua igreja, tal solicitação demonstrou a pobreza da irmandade leiga do Penedo. Aqui cabe salientar que as esmolas precisavam do crivo da Coroa para serem recebidas, do mesmo modo, era necessária autorização dela para ser empregada na construção, ornamentação, reformas ou qualquer outra necessidade da irmandade. Esse processo contribuiu para uma prática recorrente no Brasil Colonial, o desvio de verba.

O que parece comum em todos os espaços ocupados pelas Irmandades é que através de uma economia interna e pelas estruturas que elas criaram, as Irmandades tiveram papel fundamental na sociabilidade entre as diversas classes sociais, produzindo elos de solidariedade que lhes permitiram seguir e, sobretudo, aspirar a um lugar no conjunto da sociedade colonial (ALMEIDA, 2012, p. 428).

A grande missão das irmandades leigas era a sociabilidade entre as diversas classes, mesmo em sua estrutura refletindo os preceitos de hierarquia e segregação da época dentro dos templos, aqueles que ali estavam viviam a mesma verdade, tinham obrigações comuns e recebiam assistência mútua por parte de seus irmãos de ordem, o princípio do assistencialismo vigorava. Para além do aparente, a irmandade dos homens pretos era um espaço reacionário, no qual os mesmos resignificavam os símbolos católicos, colocando sua africanidade em voga. Simão (2010, p. 30) cita Saunders que afirma que “a natureza semi mágica, quase talismânica do rosário pode ter constituído um

apelo aos africanos acostumados a feitiços”. Esse uso mágico do Rosário, bem como de outros símbolos cristãos, não pode ser classificado como exclusividade dessas populações de origem africana, conforme demonstram estudos sobre a religiosidade da Península Ibérica e da América Portuguesa (SIMÃO, 2010, p. 30).

Outro exemplo de ressignificação do catolicismo são as festas a Nossa Senhora do Rosário. Esses espaços eram propícios para exteriorização da cultura africana, isso ficava explícito nas comidas, danças e músicas apresentadas. Tais práticas assustavam a Coroa, principalmente no que diz respeito a eleição dos reis e rainhas que acontecia durante as festas ao Rosário. Maristela Simão (2010) afirma que eram as festas em louvor aos padroeiros, com os congados e moçambiques, eleições de reis e juizes, alvo de maior atenção e regulação por parte desses administradores, sejam as autoridades eclesiásticas, sejam as da Coroa.

As festas poderiam ser um dos pontos máximos da reunião dessas irmandades, capazes de reunir esforços de diferentes grupos étnicos, por vezes rivais e com diferenças ainda em África, em um único objetivo: realizar a festa em louvor ao santo padroeiro de sua irmandade. Cabe salientar que no Brasil nem todas as irmandades do Rosário tinham a prática de eleger reis e rainhas, ficando restrita a algumas instituições leigas.

Figura 3 – Coroação de Rainha no Congo no Brasil Colonial



Fonte: Delfino (2017)

Até agora foi feita uma breve abordagem sobre as irmandades leigas do Rosário e a sua relevância para o povo negro. No próximo tópico trabalharemos a Irmandade do Nossa Senhora do Rosário do Homens Pretos da Vila do Penedo e suas especificidades diante das demais irmandades encontradas no Brasil Colonial.

3.2 IRMANDADE DO ROSÁRIO DOS PRETOS

Ainda no século XVII, surge a Irmandade do Rosário dos Pretos do Penedo, a existência de uma irmandade de negros em um espaço segregado vinha com o intuito de incluir aqueles que há muito foram marginalizados socialmente. Uma irmandade leiga apesar do caráter religioso funcionava com uma associação, assim, tinha por intuito garantir aos irmãos da ordem amparo mútuo para os associados e suas respectivas famílias, ao passo que propiciava a eles certa relevância social. No entanto, para que a irmandade pudesse ter respaldo era necessário um espaço para culto, era preciso construir um templo. Dessa forma, em um primeiro momento levantaram uma capela em honra a Santa Efigênia, que assim como São Benedito eram invocações comuns das irmandades de negros.

A ação da irmandade foi crescendo e em 1634 derrubou a capela da ordem, e no mesmo local iniciou a construção da igreja, agora sob uma nova invocação, Nossa Senhora do Rosário, que apesar de ser uma santa branca, ganhou popularidade entre os homens de cor em toda a Europa e no Brasil Colonial. Como as demais igrejas do período, a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Penedo começou a ser edificada pela capela-Mór. No entanto, diante da escassez de verbas, a construção do templo do Rosário perpassou séculos até ser findada.

Figura 4 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Penedo-AL



Fonte: arquivo pessoal (2014)

Figura 5 - Altar da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Penedo-AL



Fonte: arquivo pessoal (2014)

[...] para a Vila do Penedo existe documentação que atesta presença de uma irmandade, ou seja, de homens e mulheres pretos organizados em uma sociedade religiosa leiga em torno da devoção do Rosário. Possuíam igreja própria e, no ano de 1781, o juiz e seus irmãos enviavam requerimento pedindo a D. Maria I ‘uma esmola para as obras da capela da Mãe de Deus com a qual renovarão mais os ânimos dos devotos’ (ALVÉS, 2018, p. 66).

O requerimento citado acima demonstra a pobreza da irmandade, necessitando mendigar esmolas da Coroa para dar andamento à construção de seu templo. Ele foi a

lentos passos, sendo erguido parte a parte, capela-Mór, nave, corredor lateral, torre e demais áreas. As obras findaram-se apenas no século XIX, ficando inacabada a segunda torre da igreja. Assim, a igreja do Rosário dos Pretos é simples, com poucos adereços, e com traços do Barroco e do Neoclássico.

Apesar das dificuldades, a construção do templo para a Irmandade do Rosário dos Pretos foi fundamental na estrutura colonial. Isso por ter um espaço para culto religioso, para organização de ações em prol de seus irmãos, como auxílio funerários, assistência mútua em caso de enfermidades, além dos festejos e cortejos em honra à padroeira Nossa Senhora do Rosário e a Nossa Senhora da Boa Morte. Pois, tais festejos possibilitavam aos negros um breve momento de “igualdade”, pois saiam em cortejo levando estandartes junto das demais irmandades, ao passo que ao retornarem podiam festejar e viver sua identidade cultural presente nas músicas, danças e comidas.

No que tange às festas a Nossa Senhora da Boa Morte, comemorada no dia 14 e 15 de agosto, identificamos um traço do sincretismo religioso africano (Candomblé) dentro da igreja católica. No livro de Ernani Méro, **Templos Ordens e Confrarias** (1991, p. 353) encontra-se o poema de J. Roberto Costa, no qual ele assegura que “também dos sacrifícios corporais, os disciplinamentos quaresmais, feitos ao consistório do rosário, após o que, o penitente enxague ficava com o derrame de sangue, muitas vezes até de modo extraordinário”.

Tal trecho explicita uma prática comum dos africanos no Brasil, o culto aos mortos e os ritos religiosos, como o sacrifício. “No Penedo, a festa dos mortos dividia-se em três partes: o jejum e as rezas; os sacrifícios; os banquetes e as danças (MORAIS, 1967, p. 363). Tais ritos duravam dois dias, num primeiro dia enquanto entoavam suas orações, sacrificavam-se sob a prática do jejum; ao fim do segundo dia, o sacrifício era com sangue, em que ele banhava os terreiros entoados com dança, batuques e grandes banquetes.

E o banquete funerário, seguido de danças que iriam encantar os Manes na viagem glacial da morte começava a servir-se, participando dele não só celebrantes do africano rito, mas o povo da circunvizinhança e da cidade, que acudia em tropa àquelas paragens (MORAIS, 1967, p. 366).

Assim, o relato da existência de um terreiro na região do bairro do Oiteiro em Penedo demonstra um espaço de culto afro, onde os relatos dos batuques e danças traduzem tal afirmativa. O Mestre Cesário Procópio dos Mártires, escultor, contava que:

no local da capela havia um terreiro onde se fazia uma dança diabólica (MÉRO, 1991, p. 283).

A fala do mestre Cesário demonstra a demonização e perseguição das religiões afro, muito recorrente até hoje, ao passo que tais espaços eram democráticos, pois envolviam toda a comunidade, mostrando uma ação clara de resistência cultural africana dentro da Igreja Católica, associada à ação da Irmandade do Rosário. Esses festejos incomodavam a Coroa Portuguesa, no entanto, nada era feito, pois se acreditava que era por meio das irmandades, ou da ação da Igreja Católica que iriam “doutrinar” os homens de cor.

3.3 A IRMANDADE DE SÃO GONÇALO GARCIA DOS HOMENS PARDOS

Até agora pudemos ver como a cor da pele interferiu na construção e participação da sociedade colonial, as irmandades de negros de invocações do Rosário contribuíram para o processo de inserção desses homens na sociedade. No entanto, no que diz respeito aos pardos, eles passaram por um processo de busca por distinção – pois não queriam ser comparados com os negros escravizados – e ascensão social, de modo que foi notória a mobilidade deles. A religião foi uma grande aliada nesse processo e sob a invocação de São Gonçalo Garcia foram edificando seu espaço no Brasil Colonial.

No Brasil Colonial, os negros que ali estavam encontraram sérias dificuldades, a busca por liberdade era uma constante, e aqueles que a conseguiam brigavam por sua permanência como ser livre. Os pardos eram aqueles miscigenados, com parte de suas raízes branca europeia e parte negra africana. No entanto, para essa distinção ser aceita foi preciso um processo de separação e firmamento das diferenças. Afinal, libertos não queriam ser enquadrados na mesma categoria de escravo ou mulatos. Dessa forma, essa separação começou a ocorrer dentro da própria Igreja Católica. Eles sentiram a necessidade de ter um espaço próprio na sociedade.

A medida que se distanciavam dos negros, os pardos tentavam se aproximar dos brancos, numa tentativa de inserção social e firmamento de sua ascensão social, pois, por mais condições materiais que alguns pardos tivessem, sem aceitação da elite branca eles continuariam na mesma categoria de escravizado. Ser chamado de preto ou de mulato era um verdadeiro insulto para essa nova classe que se firmava em posições de destaque.

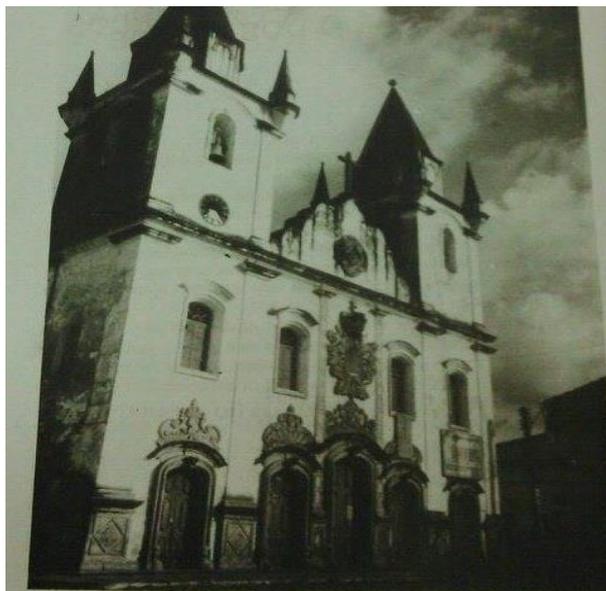
A distinção social por meio das irmandades da Igreja Católica, foi um processo contínuo e necessário deles. Os pardos do Penedo fizeram uso desse artifício em prol de

sua ascensão social. Cabe aqui salientar que a invocação de São Gonçalo Garcia não era algo comum, até então, os pardos faziam referência a Nossa Senhora de Guadalupe, da Conceição e Nossa Senhora do Amparo. Isso só muda de figura pós-sermão do franciscano Antônio de Santa Maria de Jaboatão em 1745, durante a festa de Nossa Senhora do Livramento na Comarca de Pernambuco. Em seu sermão, o franciscano exalta a figura do primeiro santo pardo das Américas. Tal discurso inflama o ego dos pardos da região, que fazem de São Gonçalo Garcia seu padroeiro.

A história da irmandade de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos da Vila do Penedo é um exemplo de como esses descendentes de africanos se destacaram perante as demais irmandades da sociedade como um todo. Não há registros de quando a irmandade foi formalmente instituída, mas logo nos primeiros anos de culto oficial aquele santo (após a festa de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Recife), a irmandade já estava organizada e conseguiu construir uma igreja particular às próprias custas e com esmolas dos fiéis, algo que não era tão comum (ALVES, 2018, p. 71).

A organização dos pardos da Vila do Penedo demonstrava a vontade de se destacar socialmente. A construção do templo que teve início em 1758 foi findada um ano depois, em 1759, diferentemente da igreja dos pretos da região, que levou dois séculos para sua conclusão. O fator determinante nesse processo foi a interferência do Comandante Manoel Martins Ramos que custeou praticamente toda a obra, sob a prerrogativa de ser ressarcido aos poucos com as esmolas doadas à igreja por seus irmãos de ordem. Tal fator demonstra a existência de um poder aquisitivo por parte dos pardos que compunham a irmandade do Gonçalo da Vila do Penedo, deixando cada vez mais claro a necessidade de um espaço para firmamento de seu poder e distinção de mulatos e negros da região.

Figura 6 - Fachada da Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos – Penedo/AL



Fonte: Méro (1994)

Isso fica ainda notório com a doação de heranças para a construção do Hospital de Nossa Senhora da Conceição, construído em 1827, sob domínio da irmandade de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos. A autorização para a efetivação do prédio demorou 30 anos, e só foi liberada após ser acordada a separação de sua gestão, de modo que a mesa diretoria da irmandade teria que ser diferente da mesa diretoria do hospital. Tal hospital depois será renomeado e ganhará a alcova de Santa Casa de Misericórdia, após a Assembleia Provincial de 1838.

Dessa forma, estar à frente de uma instituição de origem europeia, cuja estrutura e composição se baseava na misericórdia de Portugal e que era considerada como lugar para ‘homens bons e virtuosos e de boa fama’. Foi um dos elementos que tornaram os pardos do penedo distintos de outros pardos [...] em constante ascensão social e de trajetória incomum se comparado a outros perfis de descendentes de africanos (ALVES, 2018. p. 75).

Deste modo, para uma melhor administração da irmandade, foram desenvolvidos em 1807 os Compromissos da Ordem, espécie de regimento interno, que continha 18 capítulos, com deveres, obrigações e especificação dos cargos e suas hierarquias, além dos dias de festejo e outros detalhes referentes à administração. Um ponto relevante a ser analisado é a permissão de homens brancos nos cargos de gestão, tanto na igreja como no hospital. Para Alves (2018), isso é decorrente de “uma estratégia de mobilidade social, uma tentativa de alguma forma de aproximação do mundo dos

brancos” (ALVES, 2018, p. 77). A entrada na irmandade era algo possível mediante pagamento de taxas, que variavam de acordo com a idade, e a permanência nela também só era possível se uma taxa anual fosse desembolsada. Tais taxas garantiam a assistência caritativa aos irmãos pardos e a manutenção do templo.

A entrada em uma associação militar ou religiosa, ou nas duas, parece ter virado estratégia comum entre os pardos da Vila do Penedo no período colonial. Dependendo da família, da região, das dinâmicas sociais e da economia local, do período, entrar para a milícia e/ou para a irmandade poderia ser garantia de ascensão social (ALVEZ, 2018, p. 91).

3.4 IGREJA DE SANTA MARIA DOS ANJOS E A ORDEM III

A história religiosa de penedo inicia com a fundação de sua freguesia (Campos, 1953) e com a influência dos filhos de São Bento, os monges beneditinos atuaram na região por um tempo e depois dispersaram-se. Já no século XVI chegam à Vila do Penedo representantes da ordem Franciscana, que ficaram até o advento da invasão holandesa, quando fogem e só retornam pós retirada dos invasores em 1645. No local que era o Forte Mauricio foi erguida uma cruz de pedra como símbolo da vitória da “Openeda” e poder da igreja católica.

Mas neste ponto em questão vamos tratar da Igreja de Santa Maria dos Anjos e da Ordem III, que tem como sede o Convento Franciscano. Como citado anteriormente, a presença dos franciscanos e dos capuchinhos em Penedo ocorre ainda no século XVI, mas é apenas no século seguinte que eles recebem autorização de Frei Pantaleão Batista para criação de uma instalação franciscana no local. Assim, em dezenove de março de 1659, sob a supervisão do Frei Luiz da Visitação, chegam os religiosos franciscanos em território penedense.

Em 17 de setembro de 1660 foram iniciadas as obras do recolhimento por ser dia consagrado às Chagas de São Francisco. Em abril de 1661 concluída a capela, sendo Domingo de Ramos, rezaram a primeira missa. O primeiro prelado desse oratório foi Frei Ângelo do Nascimento (MÉRO, 1991, p. 187).

A ordem franciscana se instala na região e firma-se com a construção do Recolhimento no ano de 1660. No ano seguinte, funda-se a construção da Capela, mas o Convento Franciscano só terá sua construção iniciada vinte anos depois, em um momento

simbólico para ordem, a festa de São Francisco de Assis, celebrada em outubro de 1682. Essa casa foi fundada sob a proteção de Nossa Senhora dos Anjos, Padroeira da Ordem Seráfica, cuja festa litúrgica é celebrada em dois de agosto de cada ano (MÉRO, 1991, p. 187). Assim, os filhos de São Francisco também receberão a proteção de Nossa Senhora dos Anjos, que nomeara a igreja que será edificada dentro do grande complexo conventual, que é formado pela Capela da Ordem III, pela Igreja de Santa Maria dos Anjos e pelo Convento Franciscano.

Em 2 de fevereiro de 1989 concluíram os trabalhos da atual igreja conventual, aliás, em todo tempo colonial as construções religiosas começavam pela ‘capela-mór’ vindo em seguida a nave e por último a fachada. Por esse motivo sempre existe uma descontinuidade da gramática de estilo, uma vez que os templos eram construídos em épocas distintas, sofreram influências econômicas, culturais e até da mentalidade de grupos sociais, bem como do comportamento dos mestres que trabalham (MÉRO, 1991, p. 187-188).

Neste sentido, a história religiosa brasileira em todo período barroco é marcada pela construção de várias igrejas (MÉRO, 1991, p. 261). Em tempos de Brasil Colônia, o barroco se sobrepõe nas construções das igrejas penedenses, principalmente sob a influência da Escola Franciscana do Nordeste, em específico, a pernambucana. No entanto, como muitas igrejas perduraram séculos para serem finalizadas outros estilos arquitetônicos são facilmente encontrados em sua estrutura, e o próprio barroco torna-se singular ao ganhar características locais, somados aos traços artísticos dos mestres que trabalhavam nas construções dos templos.

Vale ressaltar aqui um pouco mais da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos e de seus aspectos estruturais. Conseguimos ainda na fachada encontrar traços do barroco, como a presença de volúpias, um pórtico de entrada triplo com portas de madeira nobre e almofadadas, além de janelas e vários elementos decorativos.

Figura 7 – Fachada da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos - Penedo/AL



Fonte: arquivo pessoal (2014)

À nave central foram incorporados os traços dos artesões que a edificaram, somados aos materiais disponíveis na região, tais características tornaram-se seu grande diferencial, tornando o barroco penedense único. A igreja conta ainda com um rico conjunto escultórico do século XVIII, com um excesso de detalhamento em pó de ouro, e com pinturas religiosas, dentre as quais a imagem de Nossa Senhora dos Anjos entre nuvens, feita por Lazdro Lial Afes em 1784, que traz um caráter ilusionista, sendo perceptível a aplicação da técnica do escorço.

Figura 8 – Altar da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos - Penedo/AL



Fonte: arquivo pessoal (2014)

No livro de actas, do dia 03 de agosto de 1689, colhe-se a 1º notícia da existência da Ordem Terceira já fundada, ignorando-se a data exacta da ereção da mesma ordem. Exigem em outubro do mesmo ano os Mezários, as quitações de missa, celebradas pelos irmãos falecidos e por conseguinte anterior que principiou a crescer a planta da Ordem III no solo penedense. No mesmo tratam da área da Capella e determinam em 1692 a quantia de 240\$000 para a construção da mesma com sacristia e consistório (MÉRO, 1991, p. 311).

Entende-se por Ordens Terceiras corporações de leigos, subordinadas às ordens tradicionais primeiras, seguindo o respectivo modelo de piedade e religiosidade (WERNET, 1992, *apud* SIMÃO 2010, p. 10-11).

A Ordem III do Penedo tem relatos de sua existência ainda em 1689, tal ordem tem uma funcionalidade e uma hierarquia. Os membros da Ordem III eram componentes das mais destacadas famílias penedenses. Não podemos, todavia, deixar de registrar que algumas pessoas de classe média também se filiaram a essa fraternidade, cingindo-se do cordão da penitência (MÉRO, 1991, p. 313).

Fica claro que a Ordem Terceira sanfranciscana era uma ordem para poucos, eram apenas brancos e ricos. A presença negra ficava limitada a uma pequena área da

Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, onde poderiam adentrar aqueles escravos que acompanhavam seus senhores.

A rivalidade entre Ordem III e Irmandade era é um fato infungível na História Religiosa Brasileira na fase colonial (MÉRO, 1991, p. 315). Com o passar do tempo e com a ação das irmandades, ordens e confrarias, todo o território penedense foi marcado por uma pluralidade de templos, advindo da rivalidade de tais ordens, assim, os templos eram vistos como espaços de poder e disputa entre os partícipes das ordens e irmandades.

Suzy de melo nos dá uma visão social da atuação das Ordens III, dentro do espaço Barroco do Brasil que atinge desde a iniciação da colonização até o final do século XVIII: 'Assim, em uma sociedade sem raízes ou tradições, a organização dos grupos definida pelas Ordens III, Irmandades e Confrarias, associações religiosas leigas que se criaram [...] A organização social, foi assim feita de forma espontânea e natural, ficando as classes mais abastadas reunidas nas duas ordens terceiras - do Carmo e de São Francisco -, enquanto que os mais humildes e os negros se congregavam em irmandades. Daí a acirrada rivalidade entre essas Instituições religiosas que motivaram o grande número de igrejas suntuosas existentes no Nordeste e nas Minas Gerais. Cada grupo trabalhava para decorar com brilhantismo e opulência [...] (MÉRO, 1991, p. 313).

Figura 9 - Igreja de Nossa Senhora dos Anjos - Penedo/AL



Fonte: arquivo pessoal (2014)

4 PRODUTO: PEQUENO MANUAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O produto aqui é designado como roteiro didático. O ProfHistória é um programa que visa auxiliar os docentes em sua prática, fundamentando esses profissionais para uma melhor desenvoltura diante de seu alunado. Dentro desse viés, a proposta de desenvolvimento de um produto por parte dos pós-graduandos visa fornecer uma devolutiva àqueles que dão sentido a todo o esforço do profissional docente, os discentes. Nessa perspectiva, o meu produto visa reparar a ausência de material didático que auxilie os professores de História do Estado de Alagoas em sua prática pedagógica na utilização da educação patrimonial e no estudo da História local penedense.

Diante dessa realidade, ao levar em consideração a ausência de materiais didáticos que auxiliem o professor durante a visitação do patrimônio penedense, v -se como alternativa a cria o de um roteiro didático em formato de livreto que fundamente e auxilie tais profissionais. A estrutura o de tal produto parte de uma escolha pessoal, pois a partir das minhas demandas como professora de História e História da arte, o roteiro   o instrumento que melhor abarca minhas necessidades de educadora, pois ele auxilia na constru o teórica sobre a história do lugar e de suas igrejas, de modo que serve para direcionar o meu trabalho e o de outros educadores no processo de constru o dos saberes.

O roteiro didático em questão indicará como trabalhar o patrimônio dentro e fora da sala de aula, sendo um instrumento de aplicabilidade da educa o patrimonial, que foi implementado no currículo educacional de História por volta dos anos 1990. Tal roteiro contará com direcionamentos a serem entregues ao alunado para que eles por meio da observa o, compara o e registro consigam aprender de forma aut noma e consciente, de modo que eles possam perceber as disparidades sociais do século XVIII e correlacionar com as disparidades presentes nesse século. Afinal todo processo ou problema social tem uma raiz histórica.

Um roteiro didático   um instrumento que direciona o professor no trabalho em um determinado espaço, nesse caso, este roteiro conduzir  o professor a trabalhar com educa o patrimonial na cidade de Penedo-AL. O roteiro foi estruturado em quatro pontos que são necessários para implementa o de uma educa o patrimonial eficaz. Como produto a ser utilizado por docentes, o material precisa ser prático, pois ele precisará ser levado durante o exercício da atividade, de modo que não pode ser interrompido.

A partir deste produto, algumas habilidades, conhecimento e capacidades poderão ser envolvidos na construção do material, quais sejam: as ideias de raça, disparidade social, identidade e memória.

Partindo disso, justifica-se aqui o domínio de todas as habilidades, conhecimentos e capacidades envolvidas na construção deste produto. Assim, trabalhar com Penedo-AL não é nenhuma novidade na minha vida acadêmica, desde a graduação a arquitetura monumental da cidade já me encantava.

Naquele primeiro momento trabalhei o barroco das igrejas penedenses para construção do meu trabalho de conclusão de curso. Durante o processo de escrita do trabalho de graduação fiz uma visita à cidade e ao templo do Rosário dos Pretos, em que me deparei com aspectos arquitetônicos singelos que perpassavam o barroco e o rococó e que chamavam a atenção não pelo caráter grandioso, mas pelo processo de edificação de dois séculos do templo. Ao conversar com o “tutor” da igreja, deparei-me com uma história incrível de luta e resistência dos homens que compunham a irmandade do Rosário dos Pretos e que me instigou a saber mais sobre o templo e a levar a história daqueles homens e da igreja a outras pessoas. Posso pontuar que foi naquele momento que descobri o patrimônio e seus fascínios.

Ao entrar no programa de pós-graduação em ensino de história, o ProfHistória, encontrei uma possibilidade de trabalhar por meio do patrimônio penedense, as disparidades sociais do Brasil Colonial do século XVIII, focando no fator racial, assim como na religiosidade dos penedenses. A educação patrimonial é fundante nesse processo, pois possibilita romper com uma educação bancária e envolve o aluno no processo de construção dos saberes. Por meio da educação patrimonial, é possível partir do local para o global, levando o aluno a conhecer e a se situar no espaço de habitação, sentindo-se partícipe da história, fato que outrora parecia impossível.

A criação de um produto como roteiro didático tem como objetivo ajudar outros professores a conhecer a história dos templos de negros, pardos e brancos, fazendo com que o docente seja o elo entre o invisível e o aparente. Para além disso, o produto almeja preencher uma lacuna do processo formativo, pois não tem formação para utilização do patrimônio, dessa forma o roteiro vem sancionar um problema.

Embasada na minha experiência em sala de aula e junto ao patrimônio penedense, desenvolvi habilidades de observação e aplicabilidade de uma educação patrimonial eficaz. Tanto no ensino de História quanto no ensino de História da arte aplico preceitos da educação patrimonial, estimulando a criticidade do alunado no processo

formativo da consciência crítica. Assim, é partindo das minhas vivências, respaldada teoricamente pelas diretrizes do IPHAN e por estudiosos do patrimônio como Zarbato, como também estudiosos da sociedade e suas relações distintivas ligadas à raça como Guimarães e Nogueira e teóricos da História religiosa penedense como Méro e Alves. E, diante de todos os fatores já citados, estou capacitada para construir o roteiro didático de utilização do patrimônio penedense.

O produto consta do desenvolvimento de roteiro didático para professores de História e História da arte do Estado de Alagoas, onde os docentes do estado possam ter aparatos que os auxiliem na utilização do patrimônio penedense em suas aulas. Tal roteiro disponibiliza ao professor informação sobre a história do lugar a ser visitado, além de que ele fornece o passo a passo para condução do alunado antes e durante a vivência no local, levando-os a conhecer a história do lugar de maneira autônoma e, ao mesmo tempo, estimulando-os a desenvolver uma consciência crítica.

Sabendo que o roteiro didático é um instrumento que direciona o professor no estudo ou trabalho em um determinado espaço, este roteiro conduzirá o professor a trabalhar com educação patrimonial na cidade de Penedo-AL perpassando por quatro pontos estruturantes do lugar. O roteiro didático será construído em uma estrutura de panfleto tipo brochura de tamanho 10 x 15 cm, entre 40 a 50 páginas, onde se encontrarão imagens das igrejas, o passo a passo das atividades e a lista de atividades, além do guia de observação a ser entregue aos alunos para que eles observem e comparem os templos e construam seus saberes diante das vivências no espaço.

Como produto a ser utilizado por docentes, ele precisa ter uma estrutura prática, de modo que possa ser levado durante o exercício da atividade sem atrapalhá-la, por isso a escolha do panfleto. Sabendo disso, precisamos discutir como o roteiro foi construído. A primeira parte tem por objetivo fundamentar teoricamente o professor para que só assim ele possa desenvolver os demais passos, dessa forma o primeiro ponto do roteiro conta com a história de Penedo, perpassando pela história religiosa do lugar e a interferência ativa das irmandades e as igrejas previamente selecionadas, que são Igreja de Santa Maria dos Anjos, Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos e Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Na segunda parte do roteiro, o professor dará início à aplicabilidade da educação patrimonial, assim, de forma dialógica, o professor procurará ouvir o que os alunos sabem sobre a história do local em questão, dando gatilhos que estimulem a curiosidade deles que vão buscar mais informações.

No terceiro ponto, já por dentro da história do lugar, o professor passará o guia do aluno, no qual há pontos a serem observados e comparados entre os objetos de estudo (é por isso que o roteiro foi planejado com responsabilidade, para que não houvesse legitimação da história de uma classe diante de outra). Assim, o aluno fará suas anotações e registros por meio de fotos e vídeos. Para só aí, partirem para a vivência junto ao patrimônio.

É na vivência do espaço que o professor deixará o aluno desbravar o ambiente, buscar suas respostas. Neste momento o professor precisara ficar atento ao comportamento deles e analisar se há avanços na aprendizagem, se há novas descobertas, ao passo que ele esteja preparado para tirar dúvidas e estimular a criticidade por meio da observação e da comparação entre os objetos.

Por fim, o quarto passo do roteiro consta da preparação por parte do alunado de um produto que associe todo o processo, para ser apresentado a toda comunidade escolar, pois o retorno à comunidade deve ser significativo. Acredito que, ao passo que os alunos conhecem os diferentes espaços de memória, eles vão comparando os estudos prévios, as experiências de observação, registro e comparação entre templos, podendo despertar para um senso identitário diante do objeto, ao passo que a busca pelo saber será estimulada, despertando a curiosidade epistemológica necessária pra a formação do pensamento crítico-libertário.

O ensino de História e, em específico, os professores de História vêm sendo incorporados no processo de aplicabilidade da educação patrimonial, sendo condicionados a ensinar por meio do patrimônio, muitas das vezes sem a devida capacitação, tornando-se assim uma problemática.

Dessa forma, para que o docente possa trabalhar por meio do patrimônio é necessário que ele compreenda o que é a educação patrimonial. Para Bitencourt (2008, p. 277), a educação patrimonial “envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de aplicação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado”.

Em suma, a educação patrimonial corresponde a um processo contínuo e sistemático de aprendizagem, que perpassa o patrimônio cultural, material e imaterial, tal processo torna-se colaborativo para as diferentes culturas, pois auxilia os seres a conhecerem sua trajetória histórica.

A relevância para o ensino de História encontra-se na possibilidade de associação do conhecimento empírico ao patrimônio cultural de um determinado lugar,

de modo que amplie o olhar do aluno sobre a região e sobre a história que circunda o objeto estudado.

Se pensarmos em uma educação bancária na qual o aluno é um mero ouvinte da história, fica um tanto distante falar em uma aprendizagem histórica fora dos muros escolares.

Assim é, que enquanto a prática bancária, como enfatizamos, implica uma espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante ato de desvelamento da realidade (FREIRE, 1987, p. 70).

É diante desse cenário de rompimento de muros que a educação patrimonial ganhará sentido.

A criação de um roteiro didático para trabalhar o patrimônio material penedense surge como solução para a ausência de cursos formativos que capacitem o professor para trabalhar com o patrimônio local. Dessa forma, o **Pequeno manual de educação patrimonial** vem para trabalhar as maneiras que o professor deverá desenvolver as atividades, antes, durante e depois a visitação aos templos do Penedo-AL.

Ao final da aplicação deste produto, o professor deverá estar capacitado para desenvolver ações quanto à utilização do patrimônio penedense em suas aulas. Ele deverá compreender os saberes do aluando sobre a temática, direcionando-o para conhecer, comparar e registrar as descobertas dos espaços estudados, para que de forma autônoma o aluno questione a sociedade do século XVIII e, por meio do olhar crítico, eles construam saberes significativos. Por fim, o professor deverá ter viabilizado uma exposição da produção material do alunado à comunidade escolar.

Desse modo, apresentam-se aqui as quatro intervenções planejadas deste produto: a primeira intervenção consta da instrumentalização e capacitação do professor para utilização do patrimônio penedense em suas aulas; a segunda diz respeito ao processo de compreensão dos saberes do alunado sobre o objeto (templos penedenses) e a estimulação da curiosidade epistemológica nestes para um melhor aprofundamento da temática. Já a terceira intervenção trata do direcionar do alunado para que possa conhecer, comparar e registrar as descobertas no espaço. Enfim, a quarta intervenção consta da viabilização de uma exposição da produção material do alunado à comunidade escolar.

Logo, a criação deste roteiro didático tem por finalidade auxiliar o professor em sua prática pedagógica, preparando-o para a utilização do patrimônio penedense, de modo

que ele poderá levar seu alunado a aprender fora das barreiras da sala de aula. A educação patrimonial tem sua eficácia, pois leva o alunado a conhecer a história de formas distintas. Por isso, o professor precisa estar capacitado para conduzir da melhor forma o processo.

A eficácia do produto será feita por meio do desempenho da atividade que culminará na produção de uma exposição dos materiais produzidos pelo alunado, o professor neste processo atua de forma colaborativa e aprenderá produzindo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar educação patrimonial no ensino de história não é nada fácil, pois precisamos cumprir os prazos preestabelecidos pelas instituições de ensino, mas também sabemos que não é impossível. A construção desse instrumento pedagógico, roteiro didático, que denominei de **Pequeno Manual de Educação Patrimonial: um direcionamento para uso do patrimônio penedense**, tem como intuito auxiliar meus colegas professores no uso do patrimônio material penedense. Tal produto vem com a proposta de auxiliar o professor para que ele possa conduzir seus alunos, antes, durante e depois da ida ao patrimônio em questão. Assim, juntos, professor e aluno construirão saberes.

A escolha das três igrejas foi algo intencional, pois por meio da análise comparativa e de toda trilha sugerida, os alunos perceberam como a sociedade do século XVIII se estruturava e como o preconceito racial tem suas raízes históricas.

Confesso que elaborar um pequeno manual de educação patrimonial não foi tarefa fácil, mas também confesso que o ver estruturado me traz satisfação, pois sei que ele ajudará muitos professores e alunos a conhecerem outros espaços de memória, reconhecendo que nossa história se encontra em todo lugar. E cabe a nós a reconhecermos e questionarmos sobre ela ao dedilhar suas entrelinhas. Conhecer a história de homens pretos e pardos do Penedo no século XVIII por meio do patrimônio religioso também é uma forma de romper com a educação bancária e estimular o alunado a ter uma consciência crítica.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcus. **Cultura e Sociabilidade do Atlântico**. Recife: UFPE, 2012.

ALMEIDA, Maria das Graças Correia. A construção da identidade: o eu e o nós na educação popular e no desenvolvimento local. *In: Memorial Virtual Paulo Freire*. [S. l.], 2004. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/3847>. Acesso em: 21 jan. 2022.

ALVES, Fabiane Nayara Santos. **Os Pardos da Vila do Penedo do Rio São Francisco: escravidão, hierarquia e distinção social em Alagoas (1758 – 1819)**. 2018. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História). Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em 8 de fev. de 2019.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **ESTUDOS AVANÇADOS**, São Paulo, ano 2018, v. 1, ed. 32, p. 127-150, 2018.

CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNESP, 8º., 2015, São Paulo. **Patrimônio Cultural: uma experiência pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID** [...]. São Paulo: EDUNESP, 2015. v. 1.

CÁSSIA, Taynar. **Movimento negro de base religiosa: a Irmandade do Rosário dos Pretos**. Caderno CRH, Salvador, n 34, p. 166 – 179. jan/jun. 2001.

CORREIA, Wanderleia Mafra De Moura. **Educação Patrimonial: reconhecimento do patrimônio histórico e cultural da cidade de Paranaguá para uma ação educativa**. 2017. 25 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Artes) - Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

DELFINO, Leonara Lacerda. Danças dramáticas do atlântico: os olhares estrangeiros sobre a festa do congado na sociedade escravista. **Dimensões: Revista de História da UFES**, Santa Catarina, v. 38, p. 9-38, jan/jun 2017.

ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, XVII., 2016, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. v. 1. Tema: Olhares sobre o Valongo: estudando o patrimônio e a memória nas aulas de História.

ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH, VI., 2013, BA. **O Compromisso de Nossa Senhora do Rosário e suas atribuições na cidade de Inhambuê - 1897** [...]. Salvador: [s. n.], 2013.

FIGURELLO, Ana Luiza Ribeiro Garcia. **Olhares sobre o Valongo: estudando o patrimônio e a memória nas aulas de história**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação

em Ensino de História). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

FILHO, Melo Moraes. **Festas e tradições Populares do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1967.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História & ensino de História**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **História Oral**, São Paulo, ano 2006, v. 9, n. 1, ed. jan/jun, p. 125-141, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Itamar. **Patrimônio histórico no ensino de história**. UFS: Aracaju, 2019.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**. São Paulo, 2004, v. 47, nº 1, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito Racial: Modos, Temas e Tempos**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopez Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN). **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan, 2014.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. 3. ed. Brasília: Iphan, 2012.

LIMA, Felix Junior. **Irmandades**. Maceió: Secretaria de da Educação e Cultura, 1970.

MEIRA, Soely Maria de. **Patrimônio e escola: o Centro Histórico de Cuiabá e as práticas educativas no ensino de história**. 2018. Dissertação (Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

MÉRO, Ernani Otacílio. **História do Penedo: elementos de história da civilização das Alagoas**. Maceió: Serviços Gráficos de Alagoas, 1974.

MÉRO, Ernani Otacílio. **Religião e Racismo**. Maceió: Serviços Gráficos de Alagoas 1983.

MÉRO, Ernani Otacílio. **Templos, ordens e confrarias: História Religiosa de Penedo**. Maceió: Serviços Gráficos de Alagoas, 1991.

MOLINA, Eduardo Castejon. **Ensinar com o Patrimônio**: o estudo para a elaboração e implementação da Política de Educação Patrimonial no ensino fundamental II. Franca: Unesp, 2019.

MORESCO, Júlio Junior. **Primavera do Leste/MT**: educação patrimonial, “mídia didática” e lugares de memória. 2018. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social**: Revista de Sociologia, São Paulo, ano 2006, v. 19, ed. 1, 2006.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Histórico**. São Cristóvão: UFS, 2010.

OTT, Carlos. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 6-7, 1968. DOI: 10.9771/aa.v0i6-7.20681. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20681>. Acesso em: 17 maio. 2022.

PERES, Marilen Fagundes. **Produção de material didático-pedagógico para a valorização do patrimônio histórico e cultural de Tupanciretã**. 2016. Dissertação (Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação. Santa Catarina, 2016.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Negros e mulatos livres na sociedade da América portuguesa**. Tradução Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Bruno Nascimento dos. **Raça, racismo e questão racial no ensino de história**: uma análise a partir dos livros didáticos. 2018. Dissertação (Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Amambai, 2018.

SANTOS, Monica Luise. **A escolarização de negros**: particularidades históricas de Alagoas (1840 – 1890). 2011. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 16, p. 73-91, maio/agosto 2012.

SILVA, Antônia Lucivânia da. **O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto**: ensino de História e educação patrimonial. 2019. Dissertação (Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Regional do Cariri–URCA, Departamento de História. Crato, 2019.

SIMÃO, Maristela dos Santos. **As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil no século XVIII**. 2010. Dissertação (Mestrado em História da África) - Universidade de Lisboa. Lisboa, 2010.

SOUZA, Marciane de. **Ensino de História, Memória e Patrimônio**: as (re) significações e percepções dos estudantes acerca dos Territórios Urbanos. 2019. Dissertação (Pós-graduação Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2019.

TICIANELI, Edberto. História de Alagoas. *In*: TICIANELI, Edberto (ed.). **Igreja do Rosário dos Pretos em Maceió**. 1. Maceió, 26 out. 2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/igreja-do-rosario-dos-pretos-em-maceio.html>. Acesso em: 28 jun. 2019.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. **Patrimônio Cultural e processos educativos em História**: percursos e reflexões. Campo Grande: Life Editora, 2018.

7 ANEXO 1

Figura 10 - Capa do Produto



Fonte: a autora (2021)

8 ANEXO 2

Este anexo contém fotos tiradas durante a realização das pesquisas de campo para a produção desta dissertação de mestrado.

Figura 11 – Instituto Negro de Alagoas - MACEIÓ/AL



Fonte: arquivo pessoal (2019)

Figura 12 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos - Penedo/AL



Fonte: arquivo pessoal (2014)